

Patrícia Corsino
Marcelo de Andrade Pereira
(Organizadores)

SUJEITOS, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles

Antônio Cattani UFRGS

Alfredo Bosi USP

Arminda Mourão Botelho Ufam

Spartacus Astolfi Ufam

Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra

Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3

Cesar Barreira UFC

Conceição Almeida UFRN

Edgard de Assis Carvalho PUC/SP

Gabriel Conh USP

Gerusa Ferreira PUC/SP

José Vicente Tavares UFRGS

José Paulo Netto UFRJ

Paulo Emílio FGV/RJ

Élide Rugai Bastos Unicamp

Renan Freitas Pinto Ufam

Renato Ortiz Unicamp

Rosa Ester Rossini USP

Renato Tribuzy Ufam

Patrícia Corsino
Marcelo de Andrade Pereira
(Organizadores)

SUJEITOS, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Manaus - Amazonas - Brazil
2024

Copyright© 2024 EDUA

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Revisão Gramatical

Michelle Andreza Pedroza da Silva

Projeto Gráfico e diagramação

Marcela Costa de Souza

Bibliotecário

Luiz Fernando Correia de Almeida

Ficha catalográfica elaborada pela Editora da UFAM

C823s Sujeitos, práticas e resistências / organizadores: Patrícia Corsino, Marcelo de Andrade Pereira. - 1. ed. - Manaus: EDUA, 2024.

387 p. : il. ; 21 x 29,7 cm

Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 978-65-5839-177-7

DOI

1. Educação superior. 2. Formação de professores. 3. Políticas educacionais. I. Corsino, Patrícia. II. Pereira, Marcelo de Andrade.

CDD: 378.1
CDU: 37.014

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200 - Coroado I,
Manaus/AM Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho,
Centro de convivência Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: edua@ufam.edu.br



ANPEd

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação

Diretoria ANPEd Biênio 2023-2025

Gestão “Anped em Movimento(s)!”

Presidente:

Miriam Fábila Alves – UFG

Vice-presidentes:

Norte – Célia Aparecida Bettiol – UEA

Nordeste – João Batista Carvalho Nunes – UECE

Centro-Oeste – Fabiany de Cássia Tavares Silva – UFMS

Sudeste - Rosa Fátima de Souza Chaloba – UNESP-Araraquara

Sul – Angela Maria Scalabrin Coutinho – UFPR

Secretários:

Primeira Secretária: Ana Cláudia da Silva Rodrigues – UFPB

Segunda Secretária: Patrícia Raquel Baroni – UFRJ

Diretor Financeiro:

Claudio Pinto Nunes – UESB

Membros Comissão de Ética em Pesquisa e Integridade - 2023-2025

Jefferson Mainardes (UEPG)

Indicado pela diretoria da ANPEd

João Batista Carvalho Nunes (UECE)

Indicado pela diretoria da ANPEd

Região Norte

Luiz Percival Leme Britto (UFOPA)

Região Nordeste

Marlene Oliveira dos Santos (UFBA)

Região Centro-Oeste

Andressa Santos Rebelo (UFMS – Campus do Pantanal)

Região Sudeste

Sônia Aparecida Siquelli (USF)

Região Sul

Luciana Gruppelli Loponte (UFRGS)

Diretoria ANPEd Biênio 2021-2023

Gestão “Anped, mais presente!”

Presidente:

Geovana Mendonça Lunardi Mendes – UDESC

Vice-presidentes:

Norte – Fabiane Maia Garcia - UFAM

Nordeste – Claudio Pinto Nunes – UESB

Centro-Oeste – Fabiany de Cássia Tavares Silva - UFMS

Sudeste - Maria Luiza Sússekind – UNIRIO

Sul – Angela Maria Scalabrin Coutinho - UFPR

Secretários:

Primeira Secretária: Maria Beatriz Moreira Luce – UFRGS-UNIPAMPA

Segunda Secretária: Wilma de Nazaré Baía Coelho - UFPA

Diretora Financeira:

Miriam Fábria Alves – UFG

COMISSÃO E-BOOK ANPEd 41ª REUNIÃO NACIONAL

Claudio Pinto Nunes – UESB

Fabiane Maia Garcia – UFAM

Fabiany de Cássia Tavares Silva – UFMS

Marcelo de Andrade Pereira – UFSM

Maria Beatriz Moreira Luce – UFRGS/UNIPAMPA

Patrícia Corsino – UFRJ

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA 2021-2023

Jefferson Mainardes (UEPG) – Presidente

Angela Maria Scalabrin Coutinho (UFPR) – Representante da Diretoria

Fabiane Maia Garcia (UFAM) - Representante da Diretoria

João Batista Carvalho Nunes (UECE)

Monica de La Fare (PUC-RS)

Sandra Fernandes Leite (UNICAMP)

Sônia Aparecida Siquelli (USF)

Membros titulares:

Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes (UEPA)

Marcos Marques de Oliveira (UFF)

Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas (UnB)

Membros suplentes:

Leonardo Ferreira Peixoto (UEA)

Rosalia Maria Duarte (Puc-Rio)

COMISSÃO CIENTÍFICA - Revisores cadastrados no sistema ANPEd 41ª REUNIÃO NACIONAL

Alexandre Filordi de Carvalho - UFLA

Ana Cristina Juvenal da Cruz - UFScar

Ana Lorena de Oliveira Bruel - UFPR

Ana Lucia Sarmiento Henrique - IFRN/CAMPUS NATAL

Anelise Monteiro do Nascimento - UFRRJ

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU

Cancionila Janzkovski Cardoso - UFMT

Cecília Silvano Batalha - UFRJ

Celso Sánchez - UNIRIO

Claudia Maria de Lima - UNESP

Daniela Guimarães - UFRJ

Daniel de Queiroz Lopes - UFRGS

Elmir de Almeida - USP

Erika Virgilio Rodrigues da Cunha - UFMT

Fabiana Rodrigues de Sousa - USF

Fabiano Antonio dos Santos - UFMS

Felipe Tarábola - USP

Fernando Seffner – UFRGS

Flavia dos Santos Soares - UFF
Giseli Barreto da Cruz - UFRJ
João Henrique da Silva - UFRRJ
Leonardo Lemos de Souza – UNESP
Leonardo Rangel dos Reis - IFBA
Lucélia de Moraes Braga Bassalo - UEPA
Luciane Maria Schlindwein – UFSC
Ludmila Thomé de Andrade - UFRJ
Luís José Câmara Pedrosa - UFMA
Magali Aparecida Silvestre - UNIFESP
Malu Almeida - UNOESC
Marcia de Souza Hobold - UFSC
Marco Antonio Torres – UFOP
Maria Carolina da Silva Caldeira - UFMG
Maria Clarisse Vieira - UnB
Maria de Fátima Barbosa Abdalla - UNISANTOS
Maria de Fátima Cardoso Gomes – UFMG
Mariana Martins de Meireles -UFRB
Maria Renata Alonso Mota - FURG
Maria Walburga dos Santos - UFSCar
Mauro Augusto Burkert Del Pino – UFPel
Nadja M A Hermann - PUC/RS
Rafael Marques Gonçalves - UFAC
Ramon de Oliveira - UFPE
Rodrigo Barchi - UNISO
Ronaldo Marcos de Lima Araujo - UFPA
Rosa Maria Feteiro Cavallari - UNESP - CAMPUS RIO CLARO
Rosana Aparecida Ferreira Pontes - UNISANTOS
Samuel de Souza Neto - UNESP - CAMPUS RIO CLARO
Sandro de Castro Pitano - UFPEL
Sandro Prado Santos - UFU
Sirley Lizott Tedeschi – UEMS
Soymara Vieira Emílio - UERJ
Susana Soares Tozetto - UEPG
Thiago Ranniery Moreira de Oliveira - UFRJ
Tiago Zanquêta de Souza - UNIUBE
Valeria Ghislotti Iared - UFPR
Washington Cesar Shoiti Nozu - UFGD

Sumário

12 APRESENTAÇÃO

PARTE 1 - AS CRIANÇAS E SEUS MOVIMENTOS

14 **A Potência colorida dos Bebês: Linguagens cotidianas em currículos inventivos**

Fernanda Binda Alves Touret
Andrea Santos Gabriel

30 **Movimentos curriculares inventivos entre macro/micropolíticas: por uma vida bonita no cotidiano escolar**

Andrea dos Santos Gabriel
Fernanda Binda Alves Touret

44 **O repertório de leitura literária e a escrita de histórias por crianças**

Gildene Lima de Souza Fernandes

56 **Formação para a democracia: sobre o diálogo (im) possível**

Francisca Maura Lima

72 **Interseccionalidade de raça, classe, gênero e deficiência: alunos com síndrome congênita do zika vírus e as condições de desenvolvimento**

Bárbara Silva dos santos pereira

87 **A escuta das crianças em pesquisas acadêmicas: autorretrato e o lápis cor de pele**

Lucimara Gomes Oliveira de Moraes
Ingrid Dittrich Wiggers

98 **Representações sociais de crianças sobre a utilização do *smartphone* no contexto da pandemia de covid-19**

Joaquim Ferreira da Cunha Neto
Claudia Maria de Lima

111 **As infâncias na necrópole: espaços cemiteriais como lugar de memória querubina**
Isabela Moreira de Araujo Abreu Silveira

PARTE 2 - JOVENS E RESISTÊNCIAS

125 **Criando currículos com filmes nos cotidianos escolares: movimentos de resistência e decolonialidade**
Marcelo Machado
Renata Rocha

139 **Fantasia juvenis como linhas de resistência**
Ericka Fernandes Vieira Barbosa
Andrea Cristina Versuti

152 **Insubmissos na submissão: uma escuta psicanalítica com internos no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro**
Gustavo Coelho
Leandro de Carvalho Moraes
Pierre de Souza Monteiro

161 **Entre expectativa e realidade: a reforma do Ensino Médio em uma pequena cidade rural**
Severine Carmem Macedo

174 **Juventude ribeirinha, educação e projetos de vida: um estudo a partir de perspectivas de professores/as do Ensino Médio**
Vanessa Afonso da Silva

185 **A formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná**
Joselita Romualdo da Silva

197 **Tecendo conversas com as juventudes e as fotografias**
Ravelly Machado Soares Güntensperger

PARTE 3 - JOVENS E ADULTOS NA EJA

211

Pedagogias da resistência e re-existência como projeto de governo: um estudo da turma piloto do projeto alfabetiza Belém

Yandala Amaral Damasceno da Silva
Beatriz Siqueira Nunes

222

A EJA e o ensino noturno apagados das políticas públicas do município de Manaus

Giovan Nonato Rodrigues Soriano
Adriana Medeiros Farias
Maria Nilvane Fernandes

235

Do FUNDEF ao FUNDEB permanente: a questão do subfinanciamento da educação de jovens e adultos

Valdenir Batista Veloso

250

Evasão e permanência na educação de jovens e adultos: Titãs ou desvalidos da sorte?

Maria Dorotea dos Santos Silva

264

O direito à educação de jovens, adultos e idosos e as políticas práticas educacionais de acesso, permanência e continuidade de estudos

Arilda da Costa Rocha Vellasco

276

O PROEJA e o currículo integrado: a permanência escolar em discussão

Nathália Rissane Costa Gomes
Lélia Cristina Silveira de Moraes

PARTE 4 - VOZES DOCENTES

290

(Empre)tecer a docência na educação infantil: a estética de poéticas negras como guia

Greice Duarte Brito-Silva

- 303** **Núcleos de estudos das relações étnico-raciais: encruzilhadas para uma educação antirracista nas escolas da RME-BH**
Nesir Freitas da Silva
Paulo Henrique de Queiroz Nogueira
- 317** **Os clichês e as diferenciações nas 'cineconversas' - uma metodologia das pesquisas com os cotidianos**
Fernanda Cavalcanti de Mello
Maria Morais
Rebeca Brandão
- 328** **A reinvenção da docência e a alfabetização na pandemia**
Fernanda Arndt Mesenburg
Gilceane Caetano Porto
Mauro Augusto Burkert Del Pino
- 341** **A "alquimia" do currículo de ciências nos anos de alfabetização**
Lívia da Silva Queiroz
Maria Margarida Pereira de Lima Gomes
- 354** **Ensino da matemática e a pedagogia de Paulo Freire: olhares oblíquos por uma educação matemática emancipadora**
Alessandro Emilio Teruzzi
- 368** **Por uma prática aberta na biblioteca escolar: experiência no uso de obras de arte sob open access do Metropolitan Museum of Art em escola da educação básica**
Luiz Fernando Correia de Almeida
- 379** **SOBRE OS AUTORES**

Apresentação

Este e-book reúne estudos e pesquisas de diferentes Grupos de Trabalho-GT e do Grupo de Estudos-GE Cotidianos, éticas, estéticas e políticas da Anped. São 27 capítulos que apresentam diversidade de abordagens teórico metodológicas de pesquisa e de temas, mas que convergem em relação às vozes dos sujeitos que circulam em diferentes territórios educacionais. Dos bebês aos docentes, passando pelos jovens e pelos adultos da EJA, nesta polifonia veio à tona questões que dizem respeito aos cotidianos de creches e escolas, aos currículos, às relações dos sujeitos com o conhecimento e suas insurgências. Esta diversidade de pesquisas do campo educacional apresentadas na 41ª Reunião Nacional da Anped reunidas neste e-book evidenciou uma forte questão interseccional que atravessa a sociedade brasileira e a educação em particular, reiterando que as desigualdades no Brasil têm cor e território.

Os capítulos foram organizados em quatro partes. A Parte 1, "Crianças e seus movimentos", apresenta oito textos que traçam um panorama das crianças na escola e trazem suas potências criadoras, que surgem de seus movimentos insurgentes, de suas formas singulares de pensar e significar o mundo nas relações e interações que estabelecem. Na Parte 2, "Jovens e resistências", oito trabalhos sobre diversas perspectivas das juventudes problematizam as resistências, as práticas, os currículos e outras formas de pensar a vida jovem dentro e fora da escola. Na Parte 3, "Jovens e Adultos na EJA", por sua vez, são seis capítulos enlaçados com o tema da Educação de Jovens e Adultos, suas políticas, suas práticas e questões contemporâneas sobre essa modalidade de ensino da Educação Básica. Por fim, a Parte 4, intitulada "Vozes docentes", encerra o livro com cinco textos relativos à docência, aduzindo temas correlatos como infância, relações étnico-raciais, currículo, cotidiano e alfabetização.

É nosso objetivo que os textos aqui reunidos ampliem o debate do campo educacional e que todos os GT e GE da Anped possam se valer das reflexões que eles ensejam e continuar o diálogo. Boas leituras!

Patrícia Corsino
Marcelo Andrade Pereira

SOUZA, João Francisco. **A Democracia dos Movimentos Sociais Populares**: uma comparação entre o Brasil e o México. Recife: Edições Bagaço/NUPEP, 1999.

Quadro 1 - Emergência das competências

COMPETÊNCIAS	DIFICULDADES	POTENCIALIDADES
Proposicional	11	12
Decisória	07	20
Auto-interrogativa	06 *	09
*sendo 04 relativas à dificuldade das professoras		

Quadro 2 - Temas dos debates

TIPO DE DEBATE	Inicial turma 1	Final turma 1	Inicial turma 2	Final turma 2
Deliberativo (todos tiveram o mesmo tema)	Decidir sobre a compra de uma TV para cada sala de aula ou de um equipamento para montar uma rádio escolar.	Idem	Idem	Idem
Debate de opinião de fundo controverso	Apelidos, pelo sim ou pelo não.	Fardamento escolar	MMA esporte ou violência	Fardamento escolar

INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA, CLASSE, GÊNERO E DEFICIÊNCIA: ALUNOS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS E AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

DOI <https://doi.org/10.29280/edua-ufam-41-anped-laranja-05>

Bárbara Silva dos Santos Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Introdução

As desigualdades estruturam as sociedades, demarcando posições sociais e condições de vida humana. O Brasil se constituiu com base nessa estrutura, na qual as desigualdades moldam as experiências e as formas de viver. Nesse sentido, ao pensar eixos como pobreza, raça e deficiência, as desigualdades que já estão presentes se tornam evidentes, pois elas se conectam a esses marcadores e afetam os sujeitos de forma múltipla e relacionada. No caso deste estudo, pesquisas sociodemográficas sobre as condições de vida das famílias afetadas pela Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) demonstram o quanto é considerável a associação entre a microcefalia e a pobreza, conforme Freitas (2019) aponta.

O panorama social brasileiro é caracterizado por uma estratificação social que não só separa o lugar que as pessoas ocupam como também afeta as condições sociais, políticas, econômicas e culturais em que vivem (CARNEIRO, 2011).

Nessa linha, os estudos atuais no campo da psicologia educacional chamam nossa atenção para a organização social desigual, sobretudo para a urgência de transformação social e a aspiração de novas formas de viver o corpo, sendo uma premissa para pensar no desenvolvimento das potencialidades para a vida em sociedade (STETSENKO; SELAU, 2018).

No sentido dessa reflexão sobre o meio social, as condições de vida e sua relação com a pobreza, preconceitos historicamente construídos e outras desigualdades, os

estudos da teoria histórico-cultural, em especial os de Lev S. Vigotski, nos ajudam a refletir sobre a dimensão social do meio no desenvolvimento humano. Segundo o autor, é na dinâmica meio e sujeito que se desenvolvem os mecanismos psicológicos humanos chamados por ele como funções psíquicas superiores: memorização ativa, imaginação, reflexão, linguagem, pensamento, ou seja, a personalidade psíquica humana (VIGOTSKI, 2000).

Diante desses pontos nos intrigamos com a seguinte questão: se o meio cultural age como constituinte da vida humana, como se dá o desenvolvimento humano dos sujeitos a quem são constantemente negados os direitos básicos a vida humana com dignidade?

Partimos do princípio social e cultural do desenvolvimento humano e, por isso, há que se considerar os contextos históricos e sociais nesse processo, ao invés de fragmentar os indivíduos descontextualizando-os de suas identidades individuais. Dessa maneira, construções sociais (como racismo, capacitismo, sexismo, dentre outras) devem ser como orientadores holísticos do nosso olhar para as problemáticas sociais e para os processos educativos dos estudantes com deficiência (CONNOR, 2009).

Nesses meandros, fomos direcionados para a percepção da interseccionalidade sobre os estudantes com deficiências múltiplas ocasionadas pela SCZV. Ao nos reportarmos à dimensão social dessas crianças, é basilar considerarmos os marcadores sociais que se interseccionam sobre as condições de desenvolvimento. Quando a microcefalia e os comprometimentos psicomotores causados pela SCZV são somados à pobreza e à vulnerabilidade social, o olhar para esses sujeitos precisa considerar em que condições de vida eles se desenvolvem (IPEA, 2018).

A SCZV foi desencadeada pela epidemia de Zika vírus (ZIKV),¹³ que ocorreu no Brasil no início de 2015 e atingiu principalmente as mulheres que vivem em condições de pobreza e miserabilidade. Com isso, grande parte das mulheres grávidas conceberam seus filhos com deficiência, devido ao acometimento desta síndrome. Essas crianças foram geradas majoritariamente por mulheres moradoras de regiões periféricas que vivem em condição de pobreza, conforme aponta o relatório *Uma avaliação do impacto socioeconômico do vírus Zika na América Latina e Caribe: Brasil, Colômbia e Suriname como estudos de caso*, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017).

Fatores como moradia, saúde, saneamento, tratamento de água, renda, dentre outros demonstraram que essa situação esteve atrelada não só à pobreza, como também, à intersecção dos marcadores de raça e gênero. Essa síndrome passou a ser conhecida no Brasil por meio dos casos iniciais, em 2016, ano em que nasceram diversas crianças com microcefalia e múltiplos comprometimentos visuais, auditivos e neuropsicomotores (BRASIL, 2016; AMNB, 2016).

¹³ Sigla utilizada conforme citada nos documentos legais e políticos brasileiros.

Considerando que os alunos com SCZV são afetados pelos marcadores de gênero, raça, classe e deficiência, é interessante destacar que esses eixos paradoxalmente geram experiências de exclusão aos grupos oprimidos e de privilégio para os dominantes. Nesse escopo, destaca-se uma inter-relação dialética entre opressão e privilégio como resultado dessas relações. “Os marcadores sociais tais como raça, *status* socioeconômico, língua, cidadania, e in/capacidade desempenham papéis nos significados atribuídos ao *status* social de uma pessoa” (ARTILES; KOZLEZKI; GONZALEZ, 2011, p. 289).

Esse panorama apontou para novos desafios no que tange à relação entre as condições de vida, às implicações sociais frente à deficiência e à identidade desses sujeitos. Diante disso, indicamos a importância de pensar o conceito de deficiência junto de outros marcadores. Partindo do pressuposto de que o meio é fonte do desenvolvimento humano, este trabalho trouxe como fundamental questionamento: qual a relação dos marcadores sociais nas condições de vida e no desenvolvimento humano dos alunos com SCZV e suas famílias?

A fim de dar conta de um estudo holístico e contextualizado, esta pesquisa se sustentou nos princípios teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural em diálogo com a teoria de análise interseccional. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural, este trabalho teve como objetivo analisar as condições de vida das mães e dos alunos com SCZV matriculados nas creches e pré-escolas regulares da rede pública municipais da Baixada Fluminense (RJ), considerando os marcadores sociais das diferenças como, raça, classe, gênero e deficiência. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Justificamos este estudo pelo compromisso com a justiça social em tratar um tema urgente nos campos intersetoriais – educacional, social e dos direitos humanos. Corroborando com essa ideia, nos apoiaremos na compreensão de que para um modelo de sociedade mais justo é necessário considerar a intersecção dos marcadores sociais da diferença (TEFERA; POWERS; FISCHMAN, 2018; ARTILES, 2019).

Condições sociais do desenvolvimento e SCZV

Os estudos da teoria histórico-cultural de Vigotski são base de nossas reflexões acerca do desenvolvimento humano, em especial a ideia da relação interconstitutiva entre o meio e a vivência/*pereživânie*¹⁴ (PINO, 2010). É por meio dessa noção que compreendemos a criança com SCZV, pois a dinâmica do desenvolvimento na teoria histórico-cultural traz a concepção dialética em que as condições do meio agem dinamicamente na vida da criança. Logo, para Vigotski, a relação entre o meio e o sujeito é a chave para compreender o papel do meio na vida de uma criança (VIGOTSKI, 2018).

¹⁴ Palavra de origem russa que não tem uma tradução definida para o português, mas, segundo os textos sobre pedagogia de Vigotski, diz respeito a vivência, experiência (sua raiz 'jiv' vem da palavra 'jizn' - vida).

Segundo Dainez, Smolka & Souza (2022), é importante pensar na multidimensionalidade existente entre diferentes meios e sobre como esses fatores afetam e são afetados pelas produções humanas em seus variados aspectos. Como resultado disso, são produzidas diferentes vivências decorrentes da diversidade humana.

O conceito de *vivência/pereživânie* compreende as formas como o sujeito internaliza, cria, produz e se relaciona com os acontecimentos ao seu redor. O sujeito é afetado pelos eventos sociais e reage de acordo com sua personalidade e forma de significar os acontecimentos (MESHCHERYAKOV, 2011). É no processo da vida que os fenômenos ocorrem e influenciam nosso modo de existir no mundo. Somos permeados por várias circunstâncias e contradições ocorridas nas inter-relações que nos constituem e caracterizam como ser humano e social.

As relações sociais e o papel do meio na vida dos sujeitos com deficiência são atravessados pelas limitações de participação social impostas no comportamento sociocultural de padronização humana. No entanto, a compreensão dialética sobre a deficiência desfaz essa lógica de normalidade do corpo, pois ela considera o desenvolvimento humano de maneira heterogênea e qualitativamente diferente uns dos outros. Isso significa que, dependendo da forma como a sociedade (dimensão do meio) concebe a pessoa com deficiência, seu desenvolvimento pode ser limitado ao déficit ou potencializado perante as diversas possibilidades no desenvolvimento cultural (DAINEZ; FREITAS, 2018).

Por isso, ao remeter-nos à dimensão social dos alunos com SCZV, é essencial considerarmos as interseccionalidades que atravessam as vivências desses sujeitos. Decerto, são crianças que nasceram na condição da deficiência causada pela desigualdade social. Por isso experienciam a vida impressa pela pobreza e pela escassez dos recursos necessários à vida humana.

Interseccionalidade, SCZV e contexto social

A interseccionalidade é um conceito que propõe que a explicação dos fenômenos sociais ocorra de maneira dinâmica e relacional, considerando que cada pessoa vivencia suas experiências de acordo com os atravessamentos de categorias discriminadas socialmente. Além disso, o conceito não só revela a sólida violência sistêmica sofrida por alguns grupos como também denuncia a ligação entre racismo, colonialismo, heteropatriarcado, nacionalismo e capacitismo (COLLINS; BILGE, 2021).

Ao nos reportarmos para as questões sobre as identidades e as diferentes experiências sociais, a ótica da interseccionalidade nos permite superar a percepção sobre as desigualdades através de uma única ótica. Contrariamente a isso, compreender que as desigualdades inter-relacionadas existentes na sociedade são provocadas pelas discriminações que estruturam e dividem a sociedade entre as pessoas que se encontram no centro e as que estão às margens, distantes de seus direitos. O conceito propõe que a explicação dos fenômenos sociais ocorra de maneira dinâmica e relacional, considerando

que cada pessoa vivencia suas experiências de acordo com os marcadores sociais que as atravessam (COLLINS; BILGE, 2021).

Na perspectiva da justiça social, a interseccionalidade discorre sobre as urgências das pessoas que sofrem processos de exclusão de seus direitos em virtude de suas identidades e características. Partindo desse pressuposto, os marcadores sociais da diferença oferecem a possibilidade de compreensão sobre as construções sociopolíticas e históricas nas quais se originam as desigualdades sociais. Além disso, a percepção sobre a dinamicidade entre os marcadores subsidia a interpretação crítica das complexas experiências dos sujeitos com deficiência e racializados (BENEKE, 2021).

Nos valem da interseccionalidade, ao considerar que as crianças com SCZV são afetadas pelos marcadores de gênero, raça, classe e que por meio do vírus essas crianças nasceram com deficiências múltiplas. Assim como as autoras Rocha & Pletsch (2018), entendemos por deficiências múltiplas a associação entre duas ou mais deficiências (sensorial, mental, física entre outras). Dessa forma, junto aos marcadores já existentes, também se interseccionou sobre esses sujeitos o marcador da deficiência.

Ao ampliarmos a lente para esta situação, percebemos a inter-relação dos eixos sociais opressores caracterizados pelas falhas estruturais do país, causados pelo racismo institucional e pelas desigualdades sociais configuradas pela estrutura neoliberal da organização econômica social vigente, visto que a epidemia do ZIKV se manifestou majoritariamente sobre as famílias que vivem em situação de pobreza (BRASIL, 2017, p. 15).

Os lugares mais afetados pelo mosquito causador da contaminação do ZIKV são as áreas periféricas, aquelas que recebem os serviços de forma mais precária e sofrem constante abandono por parte do Estado. A interseccionalidade nos mostra que esse quadro de contaminações teve um alvo específico que pode ser percebido pelo perfil social do grupo atingido (WERNECK, 2016). Na mesma linha de análise, pode-se afirmar que “as mulheres que adoeciam eram aquelas de quem ignoramos os rostos e biografias em uma geopolítica de estratificação social” (DINIZ, 2016, p. 13).

Reafirmando a marca do racismo e das desigualdades de gênero como fatores atenuantes desta situação, Werneck (2016) dizem que é notório que o grupo mais atingido pelo vírus foram mulheres negras e invisibilizadas pelas políticas públicas de um país marcado pelas desigualdades raciais e estruturais.

A pobreza é um fator que intensifica o acometimento da deficiência sobre muitas pessoas que estão submetidas a tais situações. Assim, os impedimentos são criados na/pela sociedade. Sejam eles biológicos, sejam sociais, são fruto das condições de vida e de nossa produção cultural, social, política, econômica (DINIZ, 2013).

Partindo desse pressuposto, devemos considerar que o quadro de vida dos alunos com SCZV é atravessado por condições sociais que os coloca e mantém em lugares desiguais. Pletsch & Mendes (2020) pontuam que a situação dessas crianças é agravada pela pobreza e por apresentarem deficiências múltiplas em decorrência da microcefalia, também sofrendo com outros acometimentos de saúde.

Para melhor percepção dessa problemática, discorreremos a seguir sobre os caminhos metodológicos percorridos para alcançar os objetivos da pesquisa.

Caminho metodológico

A discussão metodológica e os instrumentos de pesquisa foram orientados pela nossa preocupação em produzir conhecimento sobre as questões concernentes às condições de vida dos sujeitos afetados pela SCZV e pela interseccionalidade de raça, classe gênero e deficiência. Sem perder de vista o contexto local de vulnerabilidade da Baixada Fluminense, território no qual as famílias participantes desta pesquisa residem.

Os princípios explicativos da teoria histórico-cultural de Vigotski são significativos para a compreensão das relações sociais e das complexidades constituintes da formação social, cultural e psíquica do homem considerando a relação dialética entre a vivência e o meio como fonte de desenvolvimento (VIGOTSKI, 2018). Salientamos que a teoria histórico-cultural se constitui pela “[...] diversidade de possibilidades metodológicas demarcadora de uma postura aberta ao reconhecimento da complexidade do sujeito e realidade de sua condição histórica e plural” (ZANELLA *et al.*, 2007, p. 32).

Aliado a estes pressupostos, também lançamos mão da interseccionalidade como pressuposto metodológico, a fim de propor uma investigação que contemple a interconectividade das relações estruturais de poder na sociedade (ARTILES, 2019). A interseccionalidade é uma ferramenta que nos ajuda a refletir sobre as questões que envolvem a conexão entre os aspectos de incapacidade e racialização na educação e na sociedade, dentre outros possíveis marcadores que podem afetar o mesmo sujeito (ANNAMMA; CONNOR; FERRI, 2013).

Diante disso, esta pesquisa se caracteriza como um estudo da teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano em diálogo com a perspectiva de análise interseccional, com o intuito de contemplar as estruturas contemporâneas dos marcadores sociais da diferença que constituem as relações sociais e afetam as condições de vida e o desenvolvimento humano.

Nossa postura crítica-social pensa sobre as relações de poder que são construídas nos vínculos sociais, culturais e históricos – nos apoiamos na interpretação de que a interseccionalidade fornece ferramentas analíticas para compreender como os eixos sociais de opressão se relacionam e moldam a experiência humana dos sujeitos (CONNOR, 2009).

A percepção da dinamicidade em que os marcadores confluem entre si concebe a visão sobre a complexidade em que as desigualdades se posicionam integralmente. A interseccionalidade opera para além do reconhecimento destes eixos, pois elas são tensionadas pela multiplicidade dos sistemas de opressões, que produzem e reproduzem as desigualdades sociais (BILGE, 2018). Sobre isso, Artiles ratifica que “pesquisas nas ciências sociais e humanas que documentaram essas categorias têm peso estrutural na vida das comunidades e sociedades” (ARTILES, 2019, p. 1182).

Construção dos dados

Os passos iniciais para a construção dos dados se deram por meio de nossa participação junto ao projeto *Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com SCZV na Baixada Fluminense*.¹⁵ Nos pautamos em dois instrumentos: entrevistas com as famílias e aplicação do questionário socioeconômico.

Inicialmente, com suporte das gestoras da Educação Especial das redes municipais da Baixada Fluminense, foi elaborado um mapeamento sobre o quantitativo de crianças com deficiências múltiplas e com SCZV matriculadas nas escolas. Deste levantamento, foi criado um banco de dados para o delineamento do estudo.

Logo, foi aplicado um questionário socioeconômico junto às mães dos alunos com SCZV participantes do estudo, que tratou de fatores como renda básica, dados gerais da família, autodeclaração racial, moradia, dentre outros. O próximo passo da pesquisa foi criar um roteiro norteador para as entrevistas com as famílias. O roteiro abordava informações sobre a experiência dessas mães e as condições de vida das crianças. No questionário foram tratadas questões como renda básica, dados gerais da família, autodeclaração racial, moradia, dentre outros.

As entrevistas foram realizadas de duas maneiras: algumas remotamente, outras presencialmente, nas casas das famílias ou mesmo no espaço escolar (com verbas advindas do financiamento da Faperj). Todas foram videogravadas e transcritas, sendo armazenadas no banco de dados do projeto.¹⁶

Após a análise das entrevistas, selecionamos oito (8) daquelas que diziam respeito a crianças com deficiência múltipla em decorrência da SCZV. O foco desta análise, também, foi marcar a desigualdade de gênero, trazendo principalmente a fala das mães das crianças, pois são essas mulheres as principais responsáveis pelo cuidado e sustento dos filhos.

Os registros e a construção dos dados foram realizados a partir das falas dessas mulheres, por meio de um olhar interseccional em diálogo com a teoria histórico-cultural, e proporcionaram a análise a seguir.

Analizando a intersecção de raça, classe, gênero e deficiência

Para construção dos dados, nos pautamos nos questionários e nas entrevistas, tendo como lente analítica o referencial teórico-metodológico assumido, em especial a relação dialética da vivência do sujeito no meio, entrelaçada à ótica da interseccionalidade, na qual compreendemos que os sistemas interseccionais de opressão não são estáticos, mas podem se modificar e se articular de formas distintas.

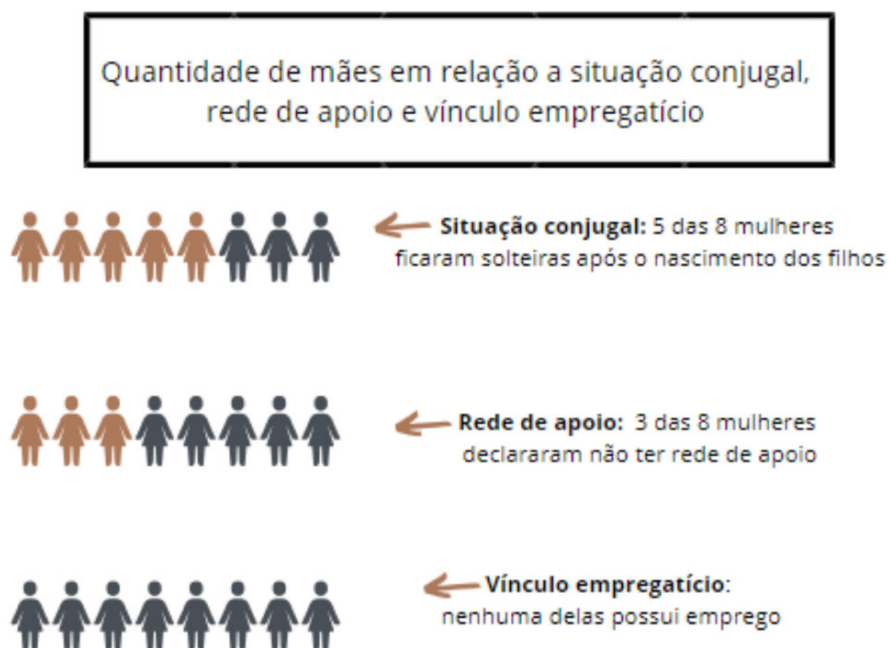
¹⁵ Para saber mais sobre esse projeto acesse: <http://citei.im.ufrj.br/projects/pesquisas-e-acoes-interseccionais-entre-educacao-e-saude-na-promocao-da-escolarizacao-e-de-criancas-com-sindrome-congenita-do-zika-virus-na-baixada-fluminense/>

¹⁶ Esses dados são coletivos, parte do projeto *Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com SCZV na Baixada Fluminense*, coordenado pela Professora Doutora Marcia Denise Pletsch.

Do material de análise construído encontramos questões sobre as categorias nos eixos raciais, de classe e de gênero, as marcas sociais da deficiência e a importância da escola como propulsora do desenvolvimento. Temáticas sobre autodeclaração racial e identidade, *status* econômico e perspectiva de vida emergiram por meio dos diálogos com as mães dos alunos com SCZV. Suas falas nos possibilitaram refletir sobre as condições sociais de suas famílias, bem como as situações vivenciadas por elas com relação ao pertencimento racial, às marcas da pobreza e à invisibilidade dessa problemática no campo social.

Com o intuito de ampliar nossa percepção sobre as problemáticas sociais e estruturais que permeiam os sujeitos da pesquisa, sobretudo o quanto isso afeta as condições de desenvolvimento dos alunos com SCZV, trazemos a ilustração de uma figura que foi elaborada com base no questionário socioeconômico e nas entrevistas. Nela podemos ter uma percepção do contexto de vulnerabilidade que essas famílias vivenciam. Assim, entendemos em Vigotski (2018) que esse contexto está relacionado com as nossas construções culturais e as representações dos papéis sociais construídos ao longo da história.

Figura 1 - Ilustração com a representação das mães: situação conjugal, rede de apoio e vínculo empregatício



Fonte: Pereira (2022)

Os dados da figura demonstram o quanto as mulheres desta pesquisa são interseccionadas por eixos de opressões que as afetam em suas relações conjugais, nas possibilidades de vínculo empregatício, na solidão e na sobrecarga nos cuidados com seus filhos.

Das oito (8) mulheres apenas três (3) continuaram com seus parceiros após o nascimento e diagnóstico dos filhos com SCZV. Das participantes, cinco (5) não possuíam qualquer tipo de rede de apoio. Salientamos que foi unânime a inexistência do vínculo empregatício na vida dessas mulheres, nenhuma delas trabalhava formalmente. Essa representação aponta não só para as condições atuais, como também para as possibilidades de vida, uma vez que elas não tinham perspectivas de vida pessoal além do desejo de melhores condições de desenvolvimento para seus filhos.

As mulheres participantes desta pesquisa são em sua maioria pretas e pardas, corroborando com os dados estatísticos já conhecidos em nosso país, nos quais raça e pobreza andam juntas. Sobre isso, os trechos a seguir trazem algumas falas de Laura¹⁷ que nos possibilitam interpretar as marcas do racismo na construção de sua identidade.

Não vou dizer que sou preta, porque já sou pobre.
(**Laura** – entrevista realizada em 9 de fevereiro de 2021)

Laura, mãe de Ester, é uma mulher que fenotipicamente tem traços físicos que a identificam como uma mulher negra. Durante a pergunta sobre sua identificação racial, ela brincou e disse: “*Vou dizer que sou morena então*”. No entanto, como a pergunta do questionário socioeconômico se referia às variáveis raciais definidas pelo IBGE, ela responde: “*Sou parda*”.

A fala de Laura ao afirmar que não queria ser reconhecida como preta porque já era pobre, nos diz sobre como as opressões de raça e classe estão correlacionadas. Essa frase reflete o lugar estigmatizado que a mulher preta ainda ocupa neste país. Um lugar que Lélia Gonzalez (2010, p. 145) chama de “lugar de negro, ou seja, seu lugar social em trabalhos desvalorizados, condições precárias de moradia que foram destinadas a essa população desde os tempos de escravidão”.

As questões acentuadas por Laura sobre o duplo estigma de ser considerada “preta e pobre” nos mobilizaram para a reflexão sobre a dimensão desses marcadores nas relações sociais dessas mulheres. Freitas (2019) salienta que as pessoas negras compõem uma categoria racial que tem menos chances de melhorar a qualidade de vida, em comparação às pessoas brancas.

A autoimagem que construímos está além dos fenótipos, é também produto daquilo que idealizamos ser. As experiências racializadas estão sobre a égide do não ser. Nesta lógica foram construídas visões negativas e estereotipadas sobre certos tipos de sujeitos que fogem ao padrão social hegemônico e que moldam ainda hoje a percepção do sujeito negro em relação à sua própria identificação (SOUZA, 1983).

No próximo trecho, percebemos outra questão que emergiu desta análise, na fala de Marta, há marcas do abandono sofrido por estas famílias, considerando os efeitos da desigualdade social e sua relação com o surto de ZIKV.

¹⁷ Todos os nomes das mães e das crianças são codinomes, escolhidos pela autora do texto.

[...] *Se não fossem as pesquisas, as crianças do Zika estariam literalmente largadas, essa é a verdade.*

(**Marta** – entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2021)

[...] *Tem mês que tem e outro que não.*

(**Ana** – entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2021)

Foi possível analisar que grande parte das famílias afetadas eram compostas apenas por mulheres e seus filhos, que viviam na margem da pobreza e pertencentes ao grupo de pretos e pardos. Salientamos que essa análise nos diz que não é por acaso a prevalência de mulheres negras e pobres como as mais afetadas pelas desigualdades sociais, estruturais e econômicas, bem como seus filhos. Esse quadro é estrutural e mantido pelas raízes históricas ainda permanentes na sociedade.

Com a fala de Marta, destacamos a importância das pesquisas acadêmicas e científicas no Brasil e ratificamos o quanto elas podem contribuir para a visibilidade de problemas ignorados pelo Estado.

Todas as mulheres da pesquisa vivenciavam extrema sobrecarga com os cuidados de seus filhos, mesmo aquelas que contavam com a presença dos parceiros. É importante pontuar que das oito entrevistadas, apenas uma família teve a presença do pai durante a entrevista. A fala de Silvia, a seguir, nos ajuda a perceber o quadro desigual existente nas relações de gênero e nos papéis sociais.

[...] *Eu não tenho ninguém por mim, sou só eu e meus filhos.*

(**Silvia** – entrevista realizada em 19 de maio de 2022)

Nesse trecho da entrevista, Silvia relatou o quanto é difícil vivenciar sozinha o papel do cuidado e do amparo econômico dela e de seus filhos, uma vez que lhe falta renda básica suficiente para isso.

As desigualdades de gênero intensificam a situação de vulnerabilidade dos alunos com SCZV, uma vez que suas mães têm no abandono dos parceiros a solidão, a sobrecarga no cuidado e a responsabilização financeira da família, o que gera mais empobrecimento. Dessa forma a criança, que já vivencia a situação social da deficiência e da pobreza, tem o seu desenvolvimento afetado pela ausência do pai e pela falta de suporte nos cuidados diários e no suprimento de suas necessidades e pelo medo da fome devido à insegurança alimentar, além das limitações no acesso a bens e equipamentos culturais produtores de lazer.

Outra marca encontrada na vida desses alunos foi o capacitismo. Em alguns relatos eles foram descritos como incapazes de ter vontades devido à ausência da fala e a comprometimentos motores. É interessante pensarmos que essas questões nos dizem o quanto o humano ainda tem suas qualidades medidas por um padrão de normalidade do

corpo. Além de serem crianças compreendidas como incapazes, elas também são interseccionadas pelo contexto da pobreza e da raça.

Sobre as possibilidades de desenvolvimento, de acordo com Kassar (2015), interpretamos que a escola é um ambiente propício para viabilizar o aprendizado e promover a participação social dessas crianças. Foi unânime no relato das mães, o papel da escola como potencializadora do desenvolvimento na vida dos alunos. Majoritariamente as mães relataram que seus filhos tiveram avanços positivos na autonomia para a vida social e na interação com as demais pessoas. A escola teve papel fundamental para estas crianças, pois, além de ser a instituição mais presente no cotidiano das famílias, estabeleceu vínculos de acolhimento e participação social junto às mães e aos alunos com SCZV.

Por meio da lente da interseccionalidade e na compreensão de que o meio é fonte de desenvolvimento dos sujeitos, encontramos nas entrevistas e no questionário socioeconômico as marcas do racismo, do sexismo, da pobreza e do capacitismo.

Nossas análises apontaram que tais questões confluem para que os alunos com deficiência múltipla ocasionada pela SCZV sofram por processos de exclusões de seus direitos mais básicos para manutenção da vida, sendo ainda invisibilizados em suas marcas socioculturais e identitárias. O lugar social marcado por raça, classe, gênero e deficiência intensifica a pobreza, acentuando a condição de miserabilidade dessas famílias.

Conclusão

O surto do ZIKV foi ocasionado pelas desigualdades sociais e econômicas, que propiciam ambientes com territórios insalubres e sem saneamento básico. Esses fatores foram preponderantes para acolher e disseminar o mosquito nas regiões mais pobres e invisibilizadas pelo Estado. A pobreza que já era existente se agravou e com isso uma nova estrutura de vida foi criada para essas famílias, refletindo em sua/seu identidade, trabalho e renda, escolarização, saúde, matrimônio, relações sociais, acesso a bens e serviços.

É importante dizer que esta pesquisa assumiu especificamente como sujeitas construtoras deste diálogo as mulheres, mães de crianças com SCZV, pois sobre elas coube a responsabilização das consequências de um problema social. Também sublinho que ao nos referir às famílias consideramos as mulheres e seus filhos, pois é nessa configuração que a maioria delas se constitui.

Contudo, os problemas sociais, como violência, pobreza, desigualdades, são invisibilizados pelo Estado, acabam dificultando ainda mais as chances de aprendizagem dos alunos. A violência que assola o território da Baixada Fluminense afeta, sobretudo, o direito de liberdade e segurança dessas crianças.

Consideramos que questões como a renda, a moradia e a alimentação são fundamentais para o desenvolvimento das crianças com SCZV, isto é, uma vez que lhes

faltam subsídios, sua condição de vida e de desenvolvimento ficam prejudicadas. Destacamos, com isso, a ausência do poder público em promover ações que subsidiem as necessidades específicas desses alunos.

Encontramos indícios sobre os papéis sociais de gênero como produtores de desigualdades sociais. As falas das mães nos mostraram que o abandono pelos parceiros, a sobrecarga com o cuidado e a intensificação do trabalho da mulher são questões que afetam negativamente as condições de vida das famílias, bem como o desenvolvimento das crianças com SCZV. Essa situação quando vivenciada junto ao racismo possibilita experiências ainda mais desiguais na sociedade.

Concluimos que as múltiplas conexões com relação às discriminações sociais afetam negativamente as condições de desenvolvimento, uma vez que a intensificação da pobreza gera o aumento das vulnerabilidades e a diminuição da expectativa de vida dessas crianças, deixando-as suscetíveis a comorbidades. Sublinhamos que a dinâmica entre racismo, sexismo e capacitismo produziu experiências únicas de opressões e barreiras no acesso aos direitos dos alunos com SCZV.

Destacamos ainda a necessidade e urgência de pesquisas interseccionais no campo da educação que visibilizem e aprofundem a temática dos marcadores sociais junto aos estudos sobre a pessoa com deficiência, com base no compromisso com a justiça social.

Referências

ANNAMMA, S. A.; CONNOR, D.; FERRI, A. B. Dis/ability critical race studies (DisCrit): theorizing at the intersections of race and dis/ability. **Race Ethnicity and Education**, v. 16, i. 1, p. 1-31, 2013. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13613324.2012.730511>. Accessed on: 19 Jul, 2022.

ARTILES, A. J. Inquietações sobre a educação inclusiva no sul global: um ponto de vista histórico-cultural. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 1175-87, 2019. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/vol19iss3articles/artiles.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ARTILES, A. J.; KOZLESKI, E. B.; GONZALEZ, T. Para além da sedução da educação inclusiva nos eixos EUA: confrontando o poder, construindo uma agenda histórico-cultural. **Revista Teias**, v. 12, n. 24, p. 285-308, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24205>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BENEKE, R. M. Investigating young children's conceptualizations of disability and race: an intersectional, multiplane critique. **Educational Researcher**, v. 50, i. 2, p. 1- 8, 2021. Available from: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0013189X21992029>. Accessed on: Jul 19, 2022.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico**, n. 37, v. 47, 2016, p. 5. Disponível em: http://combataedes.saude.gov.br/images/pdf/Virus_Zika_perfil_epidemiologico_em_mulheres.pdf. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS**. Brasília: MS, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/virus_zika_brasil_resposta_sus.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Coleção: Consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNOR, D. J. Breaking containment – The power of narrative knowing: countering silences within traditional special education research. **International Journal of Inclusive Education**, v. 13, i. 5, 2009. Available from: <http://dx.doi.org/10.1080/13603110701789126>. Accessed on: Jan 16, 2022.

DAINEZ, D.; FREITAS, A. P. Concepção de educação social em Vigotski: apontamentos para o processo de escolarização de crianças com deficiência. **Horizontes**, v. 36, n. 3, p. 145-56, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i3.685>. Acesso em: 19 jul. 2022.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B.; SOUZA, F. F. A dimensão constitutiva do meio: implicações políticas e práticas em educação especial. **Educação & Sociedade**, v. 43, e256418, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.256418>. Acesso em: 2 ago. 2022.

DINIZ, D. Deficiência e políticas sociais: entrevista com Colin Barnes. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-51, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v15i32.13043. Acesso em: 19 jul. 2022.

DINIZ, D. Vírus Zika e Mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 5, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00046316>. Acesso em: 19 jul. 2022.

FREITAS, P. S. S. Síndrome congênita do vírus Zika: perfil sociodemográfico das mães. **Revista Pan-Americana de Saúde Pública**, n. 43, 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/49776>. Acesso em: 19 jul. 2022.

IBGE. Agência IBGE de Notícias. **PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>. Acesso em: 24 jul. 2021.

IPEA. **Jovens e mulheres negras são os mais afetados pelo desemprego**. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34371#:~:text=A%20vulnerabilidade%20das%20mulheres%20negras,de%201%2C5%20ponto%20percentual. Acesso em: 12 jan. 2021.

KASSAR, M. C. M. O óbvio/silenciado das marcas do humano: comentários sobre os processos educativos escolares, a partir de uma leitura das contribuições de Angel Pino. **Cadernos Cedes**, v. 35, especial, p. 405-18, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/>

CC0101-32622015V35ESPECIAL154119. Acesso em: 15 maio 2022.

MESHCHERYAKOV, B. G. Ideias de L. S. Vigotski sobre a ciência do desenvolvimento infantil. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 703-26, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400004>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PEREIRA, B. S. S. **Interseccionalidade de raça, classe, gênero e deficiência**: dialogando sobre as condições sociais de desenvolvimento de mães e alunos com síndrome congênita do Zika vírus. 2022. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

PINO, A. A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação. **Psicologia USP**, v. 21, n. 4, p. 741-56, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400006>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L. Entre a espera e a urgência: propostas educacionais remotas para crianças com síndrome congênita do Zika vírus durante a pandemia da Covid-19. **Práxis Educativa**, v. 15, e2017126, p. 1-16, 2020. Disponível em: http://educacao.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180943092020000100175&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2021.

PNUD. **Uma avaliação do impacto socioeconômico do vírus Zika na América Latina e Caribe**: Brasil, Colômbia e Suriname como estudos de caso. 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/uma-avalia%C3%A7%C3%A3o-do-impacto-socioecon%C3%B4mico-do-v%C3%ADrus-zika-na-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-brasil-col%C3%B4mbia-e-suriname-como-estudos-de-caso>. Acesso

ROCHA, M. G; PLETSCH, M. D. Deficiência múltipla, sistemas de apoio e processos de escolarização. **Horizontes**, v. 36, n. 3, p. 99-110, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i3.700>. Acesso em: 28 maio 2023.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STETSENKO, A.; SELAU, B. A abordagem de Vigotski em relação à deficiência no contexto de debates e desafios contemporâneos: mapeando os próximos passos (Apresentação para a “Edição especial – A defectologia de Vigotski”). **Educação**, v. 41, n. 3, p. 315-24, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.3.32668>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TEFERA, A. A.; POWERS, J. M.; FISCHMAN, G. E. Intersectionality in education: a conceptual aspiration and research imperative. **Review of Research in Education**, v. 42, i. 1, p. 7-17, 2018. Available from: <https://doi.org/10.3102/0091732X18768504>. Accessed on: 20 jul. 2022.

VIGOTSKI, L. S. A quarta aula. In: PRESTES, Z.; TUNES, E. (org.) **7 aulas de L. S. Vigotski**: sobre os fundamentos da pedologia. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>. Acesso em: 26 abr. 2021.

WERNECK, J. **A epidemia de Zika e as mulheres negras**. 2016. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Boletim-Zika-AMNB-Jurema-Werneck.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ZANELLA, A. V.; REIS, A. C. dos; TITON, A. P. URNAU, L. C.; DASSOLER, T. R. Questões de método em textos de Vigotski: contribuições à pesquisa em psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 25-33, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000200004>. Acesso em: 20 jul. 2022.